

Termo de Referência 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	200338-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - DF	LAION DE SOUSA ANDRADE	10/04/2025 14:42 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08280.003548/2025-81

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto desta contratação é a aquisição de Utensílios: garrafas térmicas e canecas de cerâmicas para os servidores Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	garrafas térmicas de cor preta fosco com a brasão da Policia Federal gravado em laise , aço inoxidável Peso: 277g Capacidade: 750ml Tamanho: 7 (base) x 26,5 (circunferência) x 31 altura cm Teste de preservação do calor: 6h (75°C), 12h (65°C) Características: Livre de BPA - feito de aço inoxidável em todo o seu corpo. Ecológica, não tóxica, à prova de choque, ferrugem e vazamento, possui resistência a arranhões.	624274	600	R\$ 78,40	47.040,00
2	Caneca Personalizada - Com capacidade de 325 mL, de cor preta fosco com a brasão da Policia Federal em cinza , esta caneca de cerâmica. Com 9 cm de altura, a caneca é prática e funcional.	439729	600	R\$ 17,74	10.654,00



Esses modelos são apenas a título ilustração para melhor conduzir a aquisição.

Utensílios preto fosco com o Brasão cinza

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação será realizada de forma extemporânea, ou seja, fora do período originalmente previsto no planejamento anual de contratações da unidade. Tal situação ocorreu em razão de demandas supervenientes que não puderam ser antecipadas à época da elaboração do plano, sendo, portanto, inviável sua inclusão prévia. Dessa forma, ainda que não tenha sido previsto no Plano de Contratações Anual, a contratação atende ao interesse público, mostra-se compatível com os objetivos da unidade e observa os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, estando devidamente justificada como contratação extemporânea.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os equipamentos deverão possuir, sempre que possível, classificação mínima “A” em eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO.

4.1.2. As embalagens devem ser recicláveis e o fornecedor deverá se responsabilizar pela retirada e destinação final adequada das mesmas. Indicação de marcas ou modelos:

4.2. Na presente contratação, não será admitida a indicação de marcas específicas, sendo exigidas apenas características técnicas mínimas detalhadas na especificação do item, de forma a garantir ampla competitividade e atendimento à necessidade da Administração.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há, até o momento, vedação formal a marcas ou produtos. Caso haja manifestação da unidade requisitante em sentido contrário, o item poderá ser revisado oportunamente.

Da exigência de amostra

4.4. A CONTRATADA que apresentar a melhor proposta deverá, **previamente à entrega das amostras físicas**, submeter **a arte do brasão institucional** à aprovação da Administração, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação do pregoeiro.

Aprovada a arte, a CONTRATADA deverá apresentar **01 (uma) amostra de cada item** para análise, **no Núcleo de Matérias da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SAIS Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de aprovação da arte, para fins de verificação quanto à conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante.

4.5. A amostra encaminhada para análise deverá representar fidedignamente o material que será entregue.

4.6. A Contratada de melhor proposta deverá apresentar ainda, os documentos previstos.

4.7. As amostras apresentadas não serão contabilizadas como quantitativo de material entregue.

4.8. Findada a aquisição, a Contratada poderá retirar a amostra no Núcleo de Matérias , **Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SAIS Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF**.

4.9 Caso a amostra apresentada não atenda à especificação e seja recusada, outras empresas, obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, serão convocadas para apresentarem amostras, que serão igualmente analisadas, conforme descrito no item anterior.

4.10 Garantia, manutenção e assistência técnica

4.11. As garrafas térmicas e canecas de cerâmica fornecidas deverão apresentar garantia contra vícios de qualidade ou quantidade que as tornem impróprias ou inadequadas ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, nos termos do artigo 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de

1990 – Código de Defesa do Consumidor. O prazo mínimo de garantia legal é de 90 (noventa) dias, contados a partir da entrega definitiva.

Subcontratação

4.12.. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de fornecimento direto de bens.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão do baixo valor estimado da contratação, simplicidade do objeto e entrega única, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias corridos**, contados do **recebimento da Nota de Empenho pela contratada**, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três) dias** de antecedência, para que eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal – SAIS Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF**, ou em outro local indicado formalmente pela Administração, em dias úteis, das 9h às 17h. 5.4. Não se aplica, por não se tratar de produto perecível.

5.4. Não se aplica, por não se tratar de produto perecível.

5.5. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. As garrafas térmicas e canecas de cerâmica fornecidas deverão apresentar garantia contra vícios de qualidade ou quantidade que as tornem impróprias ou inadequadas ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, nos termos do artigo 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor. O prazo mínimo de garantia legal é de 90 (noventa) dias, contados a partir da entrega definitiva.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial, caso julgue necessário, para apresentação das cláusulas contratuais, prazos de entrega e orientações quanto aos procedimentos de recebimento e garantia dos bens.

Fiscalização

6.7. A fiscalização técnica verificará o cumprimento das especificações técnicas dos bens entregues, registrando ocorrências e solicitando ajustes, quando necessário. Fiscalização Administrativa

6.8. A fiscalização administrativa acompanhará os prazos de entrega, recebimento, atesto da nota fiscal, eventuais penalidades e garantias, conforme previsto no contrato.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato acompanhará e coordenará a execução contratual, garantindo o registro das ocorrências e o encaminhamento das informações aos setores competentes para liquidação e pagamento, além de adotar medidas cabíveis em caso de inadimplemento da contratada.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo servidor responsável pela fiscalização, para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, caso estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias** úteis, contados da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e da quantidade dos bens e consequente aceite mediante termo de recebimento.

7.4. Para contratações de valor inferior ao limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133 /2021, o prazo máximo para recebimento definitivo será de **5 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela qualidade e segurança dos bens, nem a responsabilidade civil por eventuais vícios ou defeitos constatados posteriormente.

Liquidação

7.6. Recebida a nota fiscal, correrá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, nos termos do art. 7º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7. Para fins de liquidação, será verificada a conformidade da nota fiscal com os seguintes elementos:

7.7.1. Data da emissão;

7.7.2. Dados do órgão contratante e do processo;

7.7.3. Valor e descrição dos bens entregues;

7.7.4. Informações sobre retenções tributárias, se houver.

7.8. A nota fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, consultada preferencialmente via SICAF.

7.9. Caso haja irregularidade fiscal no momento da liquidação, a contratada será notificada para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

Prazo de pagamento

7.10. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.11. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, entre o termo final do prazo e a data do efetivo pagamento.

Forma de pagamento

7.12. O pagamento será realizado mediante ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada..

7.13. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei, salvo apresentação de comprovação de opção pelo Simples Nacional.

7.14. O pagamento ao optante pelo Simples Nacional ficará condicionado à apresentação de declaração atualizada, conforme legislação vigente.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme demanda da Administração, a ser formalizada por meio de emissão da nota de empenho.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. 8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.22. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.30. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.33. Em razão da natureza da contratação – aquisição de bens comuns, padronizados, em procedimento de dispensa de licitação, e conforme análise constante no Estudo Técnico Preliminar –, **não será exigida a qualificação econômico financeira**, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, **exceto a exigência prevista no art. 69, inciso II**, da mesma Lei.

8.34. Dessa forma, será exigida a certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133 /2021, art. 69, caput, inciso II.

8.35. **Não será exigida qualificação técnica**, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens de baixa complexidade e ampla disponibilidade no mercado, com especificações objetivas descritas neste Termo de Referência.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 57.684,00

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 57.684,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 57.684,0 (cinquenta e sete mil seiscientos e oitenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos na tabela do Item 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.3. A estimativa de custo considerou o risco inerente à contratação e sua adequada alocação entre contratante e contratado, conforme a natureza do fornecimento, sendo considerados bens padronizados e com ampla oferta no mercado.

9.4. Em caso de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser alterados ou atualizados, nos termos do art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, nas seguintes situações:

9.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

9.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4.3. No caso de reajuste anual, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

9.4.4. Mediante repactuação, a pedido do interessado, conforme critérios definidos em regulamento.

10. Adequação orçamentária**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: [...];
- II. Fonte de Recursos: [...];
- III. Programa de Trabalho: [...];
- IV. Elemento de Despesa: [...];
- V. Plano Interno: [...];

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasília, na data da assinatura eletrônica

Laion de Sousa Andrade

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LAION DE SOUSA ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/04/2025 às 14:42:30.